

Religião e Política: relações entre a Igreja Católica e os movimentos populares.

Gisele Oliveira de Lima¹

1. Salvador e a ocupação Baixa do Marotinho

A partir de 1950, a Bahia, mais especificamente Salvador, iniciou os processos de transformações industriais, econômicas e sociais com a construção da Refinaria Landulfo Alves, prosseguindo com a construção do Centro Industrial de Aratu (CIA), no início da década de 1960, e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em meados da década de 1970 (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, 1997).

A cidade cresceu, se modernizou, equiparando-se, em alguns aspectos, aos grandes centros urbanos. Entretanto, a maior parte da população permanecia pobre, em condições de vida degradantes, recebendo baixos salários e tendo pouco envolvimento com atividades mais rentáveis da economia como, por exemplo, aquelas vinculadas diretamente ao ramo industrial ou terciário industrializado, o que favoreceu, assim, ao aumento da concentração de renda em Salvador.

A má distribuição de renda, aliada à crescente especulação no mercado imobiliário altamente valorizado, promoveu a exclusão de uma parcela considerável da população de Salvador ao acesso à habitação através do mercado habitacional formal. Os terrenos e os aluguéis tinham preços exorbitantes, incompatíveis com a realidade da população de baixa renda, restando poucas alternativas às pessoas pobres: pagar os caros aluguéis, morar debaixo dos viadutos ou ocupar uma região abandonada.

No período de 1946 a 1967 ocorreram 28 ocupações. Durante a construção do CIA e COPEC, de 1968 até 1978, Salvador registrou 39 ocupações; ou seja, de 1946 a 1967 ocorreram onze movimentos a menos que nos dez anos posteriores. A questão da habitação, após a implantação das modernizações industriais, transformou o dia-a-dia da capital baiana (MATTEI, 1979). Diversos movimentos pela conquista da moradia² no período de 1968 a 1978 ganharam destaque nos jornais locais e, até mesmo, nas revistas nacionais: *Fazenda*

¹ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em História Social – UFBA. E-mail:giseleoliveiralima@hotmail.com

² Entendemos que os movimentos sociais como, por exemplo, os da luta pela moradia, são uma forma de organização de setores da sociedade a reivindicar, resistir e combater a espoliação urbana e social. Os movimentos sociais promovem maior consciência política, valorização da atuação coletiva e a construção da luta pela cidadania. A atuação da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base e de organizações e partidos de esquerda nos processos reivindicatórios foram fundamentais na disponibilização de suportes institucionais, engajamento de profissionais como médicos, advogados, arquitetos, assistentes sociais e outros profissionais. Além disso, os articuladores sociais discutiam com a população modos de abordagem da realidade e alternativas de atuação aos problemas vivenciados. (GOHN, 1991)

Grande do Retiro, Nova Brasília – em Itapuã, *Planeta dos Macacos* – em São Cristóvão, *Alto da Santa Cruz* – no Nordeste de Amaralina e *Baixa do Marotinho*.

Nesse cenário de contradições frente às transformações urbanas de Salvador, surgiu a *Baixa do Marotinho*, uma ocupação como muitas outras, composta por famílias muito carentes que se dispuseram a se alojar em um terreno íngreme, pois não tinham condições de manter a família e o aluguel. Apesar de ser uma ocupação motivada por elementos muito parecidos com de outras que surgiram em Salvador, algo que lhe diferenciou foi o fato do poder municipal dar entrada na reintegração de posse e efetivar a sua expulsão, mesmo tendo diversos setores da sociedade civil apoiando e legitimando a ocupação e desqualificando a ação política municipal.

O Movimento *Baixa do Marotinho* recebeu um grande apoio dos grupos sociais, dentre os quais: a Igreja Católica, através do Padre Paulo Tonucci e Padre Renzo Rossi, com o apoio do abade Dom Timóteo Amoroso Anastácio e do arcebispo de Salvador, Dom Avelar Brandão Vilela; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); o Instituto de Arquitetos da Bahia (IAB); o Clube da Engenharia; o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia – DCE/UFBA; jornalistas e fotógrafos. A Igreja, a OAB, o IAB e o Clube de Engenharia tiveram um papel muito importante no processo de negociação entre a Prefeitura e o Movimento.

O Marotinho ganhou uma repercussão tão grande na cidade que, diante da posição irredutível do Prefeito Jorge Hage em expulsá-los, o Governo do Estado, após a expulsão disponibilizou lotes de terras localizados na Fazenda Sete de Abril, na Estrada Velha do Aeroporto. A transferência dos moradores para um bairro distante do centro apresentava-se como uma estratégia de afastamento dos perturbadores da ordem estabelecida do olhar da sociedade. A área conquistada não veio acompanhada de serviços públicos que permitissem à comunidade viver com dignidade como, por exemplo, escola, transporte público, posto de saúde e áreas de lazer. Os moradores alegavam que o poder público os deixou sem o mínimo de infra-estrutura como, por exemplo, sem energia elétrica e saneamento básico.

2. Marotinho e a Igreja Católica

Para tratarmos da atuação da Igreja junto ao movimento do Marotinho temos que nos reportar ao ano de 1966, momento em que os Padres Paulo Maria Tonucci e Renzo Rossi tomaram posse na paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, localizada nas proximidades do Largo do Tanque, mais precisamente no Alto do Peru, em Salvador.

A paróquia abrangia os bairros de Fazenda Grande, São Caetano e Capelinha de São Caetano, todos na periferia de Salvador, e contíguos. Segundo depoimento do Pe. Renzo a Emiliano José (2002), a população da paróquia possuía em torno de 60.000 habitantes. Padre Renzo descreveu a Emiliano José um dos primeiros choques religioso-cultural que teve logo após chegar à paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe:

Na Sexta-Feira Santa, quando se celebra a morte de Cristo, ficou entusiasmadíssimo com as milhares de pessoas presentes à procissão da Via-Sacra. Acostumado aos costumes cristãos da Itália, onde a Páscoa tem muito mais peso do que a própria Sexta-Feira Santa, pensou de si para si: se veio tanta gente hoje, imagine no domingo.

No dia de Páscoa, abriu a igreja cheio de expectativa. E se decepcionou profundamente. Esperou um pouco mais do que o normal, e não conseguiu contar mais do que dezessete pessoas. Chegou a perguntar a uma senhora das razões daquela pequena presença.

- O que está acontecendo? Por aqui não se celebra a Páscoa? A senhora respondeu que a Páscoa já tinha sido celebrada. Na sexta.

- Não, senhora. Aquela é apenas uma parte da Páscoa, a morte de Cristo. A festa verdadeira é hoje, a festa da ressurreição.

Isso o fez compreender o tipo específico de fé que vigorava no Brasil, herança da península ibérica. O povo estava mais ligado ao sofrimento. Cultuava o Jesus morto, o Jesus crucificado. A devoção a Nossa Senhora das Dores. A religião como conforto para o sofrimento. (...)

Lembra-se de ter visto um velho, com 80 anos, cair, ferir os lábios, se levantar com dificuldade, e dizer, conformado:

- Não tem importância. Foi Deus quem quis.

Renzo, ao lado dele, não se conteve:

- Ah, Deus quem quis! Coisa nenhuma, Deus não quis nada. Você que é cretino. Anda na rua com 80 anos, não presta atenção, e depois coloca a culpa em Deus.

Não se vinculava o cristianismo à ressurreição, ao fortalecimento da vida. Se Cristo ressuscita depois de três dias, há esperança. Se a ênfase é principalmente na ressurreição, há uma promessa de vida futura para o povo. Formulou uma frase, até hoje lembrada por ele, não dita a ninguém:

- Este povo não pode ser um povo verdadeiramente cristão enquanto não descobrir o valor da ressurreição. (JOSÉ, 2002, p. 69-70)

Essa citação nos demonstra que a comunidade da paróquia frequentava a Igreja no intuito de procurar um alento para suas angústias e sofrimentos. Além disto, a Igreja servia como espaço de segurança em meio aos dilemas vivenciados pela paróquia. Para Pe. Renzo “a festa verdadeira” era a ressurreição, pois ela significava esperança, possibilidade de mudança, de fortalecimento da vida. Mas como viver isso no meio de tanta pobreza, de tanto sofrimento? Padre Renzo percebia que a Igreja não tinha somente a função de transmitir o Evangelho e acalantar os cristãos, mas deveria também dar esperança àqueles que

necessitavam, bem como forças para lutar e mudar a situação dos paroquianos. Isso podia ser encaminhado através do próprio Evangelho, por meio de uma Teologia da Libertação³.

Dentro de uma realidade de muita pobreza os padres Renzo e Paulo chegaram em Salvador, provenientes da Itália, e passaram a refletir mais sobre a Igreja, o Evangelho e suas funções como missionários. Diante do trabalho a ser desenvolvido, eles resolveram dividir as áreas de atuação: Pe. Renzo ficou responsável pela área do Alto do Peru e Capelinha de São Caetano — esta última se expandia até a Baixa do Marotinho e Bom Juá. Pe. Paulo se incumbiu de organizar grupos comunitários na Fazenda Grande, onde começava a ser construída a Igreja da Vila Natal⁴, feita à base de taipa. Essa divisão de trabalho se deu até 1970, pois com a chegada de Pe. Sergio Merlini eles fizeram uma nova divisão: Pe. Sergio passou a cuidar do Alto do Peru, que era a Igreja Matriz da paróquia; Pe. Renzo ficou com Capelinha de São Caetano; e Pe. Paulo assumiu definitivamente a Fazenda Grande.

De acordo com Emiliano José (2002), do final da década de 1960 ao início dos anos 70, os dois padres tomaram contato com a Teologia da Libertação e com D. Hélder Câmara. Outra grande referência para estes padres foi D. Timóteo Amoroso Anastácio, abade do Mosteiro de São Bento. Ele era importante liderança no Grupo Moisés; grupo, este que se constituiu como centro de articulação da ala progressista da Igreja Católica na Bahia.

As reuniões do grupo se iniciaram nos anos de 1970 e foi um importante espaço de discussão teórica e prática da Teologia da Libertação. Segundo Pe. Renzo⁵ e Délia Boninsegna⁶, a linha de frente do Grupo Moisés era composta por Pe. Paulo e Pe. Cláudio Perani, importante missionário jesuíta que coordenou durante muitos anos o Centro de Ação Social – CEAS (JOSÉ, 2002).

O Grupo Moisés se constituiu em local de articulação e planejamento da ala progressista da Igreja e foi através deste que se organizou e mobilizou o Grupo de Evangelização da Periferia. Délia Boninsegna nos relatou que este grupo de evangelização era um espaço de encontro entre várias paróquias. Através deste grupo que as paróquias se organizavam e apoiavam os nichos de manifestações populares por moradia.

³ Em entrevista junto ao Pe. Renzo, ele nos explicou que Teologia da Libertação era a mesma Teologia da Ressurreição (termo que ele preferia), uma vez que se trata de uma teologia com o objetivo de libertar a alma. Não estar aprisionado, ainda que o corpo se sinta como tal.

⁴ A Capela de Vila Natal foi fundada com o nome de João XXIII, por Pe. Paulo Tonucci. Hoje essa capela se chama Natividade do Menino Jesus.

⁵ Padre Renzo Rossi nos concedeu entrevista nos dias 14 e 17 de janeiro de 2008.

⁶ Délia Boninsegna, italiana, leiga missionária, que chegou no Brasil em 1971, passou a compor a Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, trabalhando com Padre Paulo Tonucci no bairro de Fazenda Grande, além de auxiliar o movimento do Marotinho. Ela nos concedeu entrevista em 22.01.2008.

Tanto nos artigos do CEAS quanto na fala de Délia Boninsegna há relatos do envolvimento e auxílio da Igreja no processo de organização das famílias desalojadas e das ocupações que surgiam na periferia de Salvador. Tal ação se fez presente também na Baixa do Marotinho, onde os padres não só acompanharam a ocupação como também orientaram os moradores no processo de conflito.

A gente todo dia se encontrava com o grupo (Ocupantes do Marotinho). Era uma invasão de trezentas famílias, parecia que era uma das invasões que ia pra frente, porque era num lugar escondido e não era um lugar cobiçado. (...) Era uma invasão, a gente como dava apoio as invasões em tudo quanto é canto, aí, também era lá, na zona da gente. Aí, começou a freqüentar. Paulo ia lá, fazia os encontros com o pessoal dizia ao pessoal que o problema das invasões: o futuro das invasões era quando o povo tava unido, organizado e se fortalecia na união. (Entrevista com Délia Boninsegna no dia 22.01.2008)

Uma das preocupações de Pe. Paulo, citadas por Délia, era manter a comunidade unida para poder pressionar o governo e, assim, garantir a moradia. Os padres Paulo e Renzo trabalharam juntos acompanhando e auxiliando os ocupantes. Essa preocupação em garantir melhores condições de vida para as famílias carentes foi se fecundando à medida que os padres Paulo e Renzo foram tendo maior conhecimento sobre a Teologia da Libertação. Segundo Catão, o conceito de Teologia da Libertação significa:

Libertar-se interiormente de todos os determinismos que aprendeu e analisar e cujo jugo procura sacudir 'arrumando a própria cabeça'. Libertar-se, enfim, política e economicamente, lutando para que a sociedade em que vive seja uma sociedade mais humana, em que os problemas de convivência e de subsistência se resolvam num clima de respeito mútuo e de equidade, com a participação de todos. (CATÃO, 1985, p. 78)

A libertação para aquela teologia católica progressista era o caminho privilegiado da salvação, e esta seria uma intervenção divina na vida dos homens. Segundo Catão (1985), é através da libertação que a salvação se torna presente na história. Partindo desse pressuposto, os padres Paulo e Renzo auxiliaram a comunidade do Marotinho na luta para permanecer na ocupação.

Os ocupantes da Baixa do Marotinho receberam o apoio da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe e do Grupo de Evangelização da Periferia. Foram com estes auxílios que os Marotinhos escreveram uma carta ao prefeito, pedindo que ele revisse a posição da Prefeitura Municipal de Salvador - PMS em relação ao pedido de reintegração de posse. Após a resposta do administrador municipal de que não recuaria na sua posição, a comunidade, que já estava se reunindo com frequência para discutir sobre o que iriam fazer diante da ameaça de

expulsão, resolveram construir uma Associação dos Moradores da Baixa do Marotinho. Ela serviria tanto para as reuniões da comunidade quanto para a escola que eles próprios fundaram.

Isso demonstra que os moradores passaram a se preocupar com a unidade do movimento, e que através dela poderiam manter a luta. Segundo Délia, a importância da união foi muito enfatizada por Pe. Paulo nas suas caminhadas junto à ocupação e na sua participação nas reuniões de moradores.

A parceria da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe com o Marotinho não se restringiu, apenas, em auxiliar nas reuniões e na defesa de certas posturas políticas. A articulação da paróquia com os grupos Moisés e Evangelização da Periferia, permitiu contatos com outros grupos e movimentos de profissionais liberais e estudantis. A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia - OAB, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, Bahia - IAB, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia – DCE/UFBA e o Clube de Engenharia estavam entre as instituições que declararam apoio ao movimento e intercederam no processo de negociação com o Prefeito no intuito de impedir a expulsão dos ocupantes, como já citamos anteriormente.

A mobilização e articulação desses grupos foi importante para dar notoriedade ao caso do Marotinho. O envolvimento da sociedade civil em favor dos ocupantes trouxe questionamentos quanto à legitimidade de expulsar famílias carentes que ocuparam um terreno público. A nota emitida pelo DCE/UFBA e Diretórios Acadêmicos demonstra bem o quanto essa entidade e outras passaram a questionar a legitimidade da expulsão dos Marotinhos:

O povo baiano encontra-se traumatizado com as recentes agressões sofridas pelos moradores da “invasão” do Marotinho. Mais uma vez, a violência e a arbitrariedade das autoridades são utilizadas para contrariar os interesses do povo.

Os fatos: há mais de um ano cerca de 1.300 pessoas (300 famílias, 675 crianças) “invadiram” os terrenos da Baixa do Marotinho em busca do local onde construir a sua habitação.

Durante este tempo os moradores construíram suas casas, escolas, ruas, etc., ao tempo que procuravam as autoridades, em particular o prefeito Jorge Hage, procurando uma solução para o problema.

As autoridades governamentais mantiveram-se inflexíveis, indo de medidas judiciais, coações, etc., à ocupação policial.

Nos últimos dias, 300 soldados da Polícia Militar, fortemente armado de cassetetes, bombas de gás, fuzis e metralhadoras, asseguraram que a Prefeitura expulsasse os moradores, retirando móveis e utensílios do local, acabando com a “invasão” do Marotinho.

Os moradores do local encontram-se em desespero, com vários deles tendo sido retirados desmaiados e outros em estado de alucinação.

Os operários da Prefeitura e mesmo os soldados PM, manifestaram sinais de constrangimento diante das ordens de execução. Afinal de contas, também sofrem os efeitos dos baixos salários, a exemplo de um cabo da PM que chegou a chorar, mas se recompôs rapidamente (Jba – 6.3).

Face ao apoio prestado aos moradores, a PM reagiu: ameaçando de prisão a religiosos e membros do MDB, espancando um jornalista, intimidando e fichando jornalistas e membros do Diretório Central dos Estudantes.

No entanto, enquanto estas agressões ocorrem, não sabemos de nenhuma medida das autoridades visando solucionar a fome, o desabrigo, o abandono das crianças, o desemprego, enfim, a miséria dos moradores, que por si só, já constitui-se em violência. Violência principalmente porque tal miséria e empobrecimento da população, se dá em benefício de enriquecimento de uma minoria.

Porém, cresce a cada dia a indignação dos brasileiros diante das escaladas de violência utilizada pelas autoridades na tentativa de impedir a crescente luta do povo pelos seus direitos. Recentemente, nós, estudantes, quando em greve lutávamos contra as péssimas condições de ensino e contra o jubramento, tivemos a Universidade invadida pelo mesmo aparato policial-militar, que hoje é lançado contra o povo do Marotinho.

Face a isso, os estudantes baianos manifestam irrestrita solidariedade aos moradores do Marotinho, ao tempo que, entendendo que o problema das invasões, longe de ser resolvido, foi gravado, vêm a necessidade de tomarmos atitudes conjuntas e capazes de fazer frente a tal estado de coisas. (DCE/UFBA -Nota publicada na íntegra no Tribuna da Bahia no dia 08.03.1976)

Como podemos ver nessa citação, o DCE/UFBA apontava o Estado como o agravador do problema habitacional por não atender os interesses do povo, por não criar medidas que pudessem solucionar a pobreza e o desemprego. A nota registra o apoio oferecido ao Movimento do Marotinho por parte da Igreja, jornalistas, membros do MDB e do DCE que tentaram impedir a expulsão dos ocupantes.

Nesse processo a Igreja teve um importante papel na articulação da sociedade civil para apoiar o Marotinho. Essa ligação advém de atuações conjuntas que se realizaram anteriormente ao Marotinho. Os estudantes universitários e secundaristas, moradores de bairros do centro e da periferia, padres e profissionais liberais atuaram conjuntamente frente às dificuldades das famílias desalojadas durante as chuvas de 1974. Outro momento que unificou esses setores foi o apoio que deram aos estudantes pela reabertura do DCE/UFBA e rejeição à Reforma Universitária que o governo queria implantar em 1973. Além disso, surgiram diversos outros conflitos que demandaram a atuação conjunta dos diferentes setores sociais organizados⁷.

De acordo com Maria Gonzalez (1997), em 1973, durante a Semana de Urbanismo organizado pelo IAB, surgiu a idéia da aglutinação de entidades. Esta idéia contou com a adesão de doze entidades que passaram a chamar esse espaço de Convênio Cultural de Profissionais Liberais. A atuação desse convênio cultural contava com a participação do setor estudantil e do setor progressista da Igreja.

⁷ Carta Aberta ao Prefeito de Salvador, em junho de 1975, expondo problemas da cidade; elaboração de boletins informativos para as direções de entidades; participação em Ato pela Anistia, em maio de 1977; apoio a invasão Beira Mangue, na Avenida Suburbana em Salvador, no ano de 1977; apoio ao Movimento Feminino pela Anistia, em 1977; etc. (GONZALEZ, 1997, pp.47-51)

A expulsão do Marotinho e a conquista dos lotes no Novo Marotinho impulsionaram a presença de grupos de bairros da periferia nas reuniões do convênio cultural. O aumento da participação dos setores de bairros nas reuniões estimulou a continuidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido em conjunto. Nesse cenário de mobilização, as diferentes esferas da sociedade civil resolveram criar uma Comissão Provisória de Trabalho Conjunto. Essa comissão tinha como objetivo: organizar as reuniões do Trabalho Conjunto, coordenar suas ações em diferentes áreas de atuação, além de propor atividades para a sociedade.

Uma das atividades do Trabalho Conjunto foi a criação de uma “Mensagem Calendário” que tinha pretensão de divulgar as reivindicações por melhores condições de vida. Esse calendário apresentava uma foto da ocupação do Marotinho no dia da expulsão, mostrando os ocupantes desesperados e uma grande bandeira do Brasil. Após esse calendário, em 1978, o Trabalho Conjunto elaborou e publicou uma Carta de Princípios que tinha intenção de apresentar os objetivos gerais do Trabalho (CEAS, nº56, 1978).

É importante retratar como se deu o envolvimento de outros setores da sociedade com o movimento do Marotinho por intermédio da Igreja. A Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, através dos padres Paulo e Renzo, pediu a D. Timóteo Amoroso Anastácio ajuda na defesa do movimento do Marotinho. D. Timóteo solicitou a Adelmo Oliveira, que era advogado do Mosteiro de São Bento, para assumir o caso.

Em entrevista, questionamos a Adelmo como ele havia se tornado advogado do Mosteiro. Ele acredita que deve ter sido a sua atuação frente aos movimentos sociais e o combate a ditadura militar. Ele ainda complementou que a atuação do mosteiro era muito progressista frente a ditadura. A Ordem dos Beneditinos era de grande importância para o movimento estudantil e outros da época, o que justifica a preferência por um advogado que já atuava em confronto com a ditadura.

Adelmo Oliveira se tornou defensor do Marotinho por meio da OAB, pois a procuração que permitia os serviços dele ao Mosteiro não permitia atuar em outras instâncias que não afetasse diretamente a ordem. Diante disso, sob orientação de Adelmo e da Igreja, a Associação de Moradores do Marotinho solicitou à OAB a assistência judiciária, por não terem condições de pagar um advogado. A entidade então encaminhou Adelmo como defensor do movimento e este começou a participar de reuniões no Marotinho e a realizar encontros entre a prefeitura e representantes do Marotinho para, assim, tentar reverter a posição da PMS em expulsar os ocupantes. Vale lembrar que a OAB, Seção Bahia, também atuou no Trabalho Conjunto contra as arbitrariedades da ditadura, com destaque para a atuação de advogados em defesa dos presos políticos.

O apoio de diferentes entidades foi de grande valia para pressionar a PMS e o governo do Estado na tentativa de encontrar uma solução que não resultasse na expulsão. Entretanto temos que destacar o papel da Igreja no processo de auxílio ao Marotinho. O setor dentro da Igreja, ligado à Teologia da Libertação, passou a visualizar que a ordem política da ditadura militar só agravava o estado de miséria e coibia a liberdade dos cristãos, em busca de uma sociedade mais humana e, assim, mais próxima de alcançar a salvação na história.

Os adeptos da nova teologia se tornaram missionários militantes pelo combate à ditadura e pelo direito à libertação, atuando conjuntamente com militantes partidários, com organizações de esquerdas e independentes. Os padres Paulo Tonucci e Renzo Rossi se tornaram missionários militantes. Os dois trabalhavam juntos, mas possuíam suas diferenças nas interpretações sobre a realidade e sobre o modo de agir politicamente. Como Pe. Renzo nos disse em entrevista:

Paulo era radical. Segundo Emiliano, era a esquerda dos mais esquerdistas, era um padre além. (...) Quando houve a invasão do Marotinho. (Para Paulo) Era um direito do povo invadir, o povo deve lutar até o fim. Eu digo sim, mas vamos ver com as autoridades se conseguimos alguma coisa. Ele era contrário a pedir a mediação. (Entrevista com Pe. Renzo no dia 14.01.2008)

Os dois possuíam diferentes modos de agir nas ações políticas. Apesar de Pe. Renzo afirmar que Pe. Paulo era contrário a pedir mediação, Pe. Paulo sabia da importância em solicitar o apoio de D. Avelar Brandão Vilela e de conquistar aliados na sociedade civil para mediar a luta. Nas suas diferentes maneiras de agir, cada um desempenhava uma função: Pe. Paulo acompanhava mais politicamente os moradores do Marotinho; Pe. Renzo se incumbia em acompanhar a comunidade de uma forma mais intuitiva.

Entre Renzo e Paulo houve uma frutífera divisão de trabalho. Renzo era o lado prático, o homem que fazia, que operava. Paulo, mais voltado para a formulação teórica, para os princípios. Sem que, no entanto, as coisas fossem estanques. Nem Renzo descuidava de sua formação teológica (...), nem Paulo deixava de lado suas atividades práticas. Fala-se nessa divisão muito mais quanto à ênfase. E talvez por essa divisão é que se dessem tão bem, tenham sido tão amigos durante toda a vida. (JOSÉ, 2002, p. 85)

Pe. Renzo ia à ocupação e procurava escutar as angústias dos moradores. Tentava confortá-los e participava das reuniões. Enquanto isso, Pe. Paulo confeccionava histórias em quadrinhos, objetivando criar uma linguagem mais acessível aos moradores. Essas histórias abordavam o Evangelho, o movimento e a importância da organização e união entre eles. Ele também ajudou a organizar o levantamento socioeconômico do Marotinho para, assim, divulgar à população soteropolitana as precárias condições em que viviam a família. Ele ainda

acompanhava as reuniões. Foi com essa divisão de trabalho entre os padres Paulo e Renzo que eles acompanharam e participaram do Movimento do Marotinho. Délia Boninsegna e outros que compuseram a paróquia Nossa Senhora de Guadalupe também auxiliaram o movimento.

Alguns dias antes do Carnaval de 1976 a prefeitura havia mandado policiais para tentar expulsar os Marotinhos, porém não conseguiram por não possuírem uma ordem judicial. No dia 04 de março de 1976, a prefeitura tentou realizar a expulsão e, novamente, não teve êxito, pois não apresentaram um mandado. Diante dessa situação os Marotinhos se reuniram, nessa mesma noite, para fazer uma proposta de acordo e foi com essa proposição que Adelmo, D. Timóteo e a Comissão (eleita pelos ocupantes) foram tentar se encontrar com o prefeito, enquanto a polícia cercava a baixada. No dia da expulsão do Marotinho, Pe Renzo nos relatou como se procedeu o ato:

O juiz deu a ordem de expulsar. Mas, enquanto a gente não saia, o exército cercou todo o Marotinho e mandara (...) trator para derrubar todas as casas. Primeiro houve o acerto, não é? Pedindo, novamente, ao povo de deixar as casas e ninguém deixou. O exército cercou toda área. (...) Eu estava mais na área que olhava para Bom Juá e ele mais para a área que subia para São Caetano. Então, quando chegamos eu e Padre Paulo fomos proibido de entrar. Com exército de metralhadora na mão. Paulo tentou entrar, mas foi preso. Na hora dele entrar o soldado que pegaram ele e lhe impediram de entrar. Também a mim, eu fugi e entrei. Eu me lembro sempre: -Pare ou? (Ameaçando que iam atirar) -Faça se você quer que amanhã saia no jornal que um soldado matou um padre pode atirar, disse. (...) Então, veio o capitão ao meu encontro:

-Por que o senhor entrou? (Capitão)

-Por que não deveria entrar? (Renzo)

-Porque foi proibido. (Capitão)

-Proibido por quem? Este é o meu povo, se o povo está sofrendo eu como padre devo estar no meio deles. (...) O padre deve estar perto do povo que sofre. Se me proíbe de entrar, mas não tem nenhum direito de me proibir, eu entro faça o que quiser.

(...)

Logo apresenta Cardeal dom Avelar Brandão Vilela e veio também junto com ele, provoqueei a vinda de Roberto Santos. (Entrevista com Pe. Renzo no dia 14.01.2008)

A baixa do Marotinho foi cercada não pelo exército, mas pela polícia militar. Os acessos por Fazenda Grande e São Caetano estavam fechados. Padre Paulo foi preso por tentar romper a barreira. Apesar de várias tentativas de conciliação com a prefeitura, a PMS esteve irredutível no seu propósito, de tal maneira que foi realizada a expulsão do Marotinho.

Os jornais da época e Pe. Renzo, em entrevista, informam que o Cardeal D. Avelar Brandão Vilela intercedeu perante o governador em favor dos ocupantes e, após essa conversa, Roberto Santos prometeu alugar os ocupantes em outra localidade concedendo os terrenos. Padre Renzo, durante a entrevista, não se recordou direito se esse comprometimento

foi antes ou depois da expulsão. Entretanto, Délia Boninsegna conversou conosco sobre essa promessa:

Durante três dias teve ida e volta com o governador, com o prefeito e etc., né? Mas já tava determinado que devia ser demolido, por uma questão de princípio.(...) Mas com essa pressão toda, com esse alarde que fez a mídia a nível nacional, então o governador se responsabilizou que ia derrubar o Marotinho, mas que ia entregar, levar o pessoal numa nova área e que ia entregar um terreno nessa nova área. (Entrevista com Délia Boninsegna no dia 22.01.2008)

Délia comentou que houve uma grande notoriedade na mídia, em rede nacional, sobre a ocupação do Marotinho. Relata também que a emissora BBC de Londres noticiou sobre a expulsão do Marotinho. Essa cobertura da imprensa nacional e internacional no caso Marotinho se deveu muito a atuação dos diferentes setores da sociedade civil e, principalmente, da Igreja em apoiar os ocupantes.

Délia concluiu que diante desse alarde em torno da ocupação, o governador disse que não impediria a expulsão. Porém, o governo iria amparar os expulsos em nova área. Essa promessa foi feita ao Cardeal e ao Movimento, tanto que os jornais da época noticiaram a doação dos lotes aos ex-ocupantes da Baixa do Marotinho, após a expulsão.

Conclusão:

As relações de forças presentes na organização e atuação do Movimento do Marotinho se deram de forma favorável, no sentido de ganhar legitimidade e apoio da sociedade contra a decisão municipal e judicial de expulsão. Os ocupantes se mantiveram unidos desde o início. Construíram a associação de moradores, atuavam em conjunto e com apoio de todos os moradores da baixada.

O Movimento do Marotinho se articulou com diversos segmentos da sociedade civil soteropolitana: diversas entidades de profissionais liberais, estudantes e a Igreja apoiaram a movimentação dos ocupantes. O envolvimento desses setores no conflito favoreceu os moradores, pois chamou atenção da sociedade como um todo para a questão.

Parte da Igreja, ligada à Teologia da Libertação, desempenhou um papel muito importante não só no auxílio da organização do Movimento como, também, na mediação e articulação entre as entidades civis e no processo de tentativa de negociação com a Prefeitura, instrumentalizando política e juridicamente os Marotinhos.

O Movimento do Marotinho foi a expressão não só dos ocupantes da baixada, mas, também, da Igreja e demais entidades civis que fortaleceram a ação. Essa atitude conjunta ganhou força, resultando na formação do grupo chamado Trabalho Conjunto, organização que teve bastante importância na luta da sociedade baiana contra a repressão militar e por melhoria nas condições socioeconômicas. A conquista dos Marotinhos foi resultado da luta pela moradia e, muito mais que isso, representou a luta pelo “direito à cidade”.

Lista de Fontes:

Impressas:

- A Tarde – de março a maio de 1974, de dezembro de 1975 a junho de 1976.
- Jornal da Bahia – de março a maio de 1974, de dezembro de 1975 a junho de 1976.
- Tribuna da Bahia – de março a maio de 1974, de dezembro de 1975 a junho de 1976.
- Diário de Notícias – de janeiro a março de 1976.
- CEAS, Cadernos do CEAS. Por um lugar onde morar: Subsídios para uma história das invasões e dos desabrigados em Salvador, n°37, pp. 21-34, Mai/Jun. 1975.
- CEAS, Cadernos do CEAS. Drama do Marotinho, n°45, pp. 21 – 36, Set/Out. 1976.

Fonte Oral:

- Adelmo José Oliveira – entrevista realizada no dia 11.03.2008. Advogado do Movimento do Marotinho em 1976.
- Alcebíades Ferreira Couto – entrevista realizada no dia 26.01.2008. Ocupante da Baixa do Marotinho e a moradora do Novo Marotinho. Ex-presidente da Associação de Moradores do Novo Marotinho.
- Carmosina Ferreira Couto – entrevista realizada no dia 26.01.2008. Ocupante da Baixa do Marotinho e a moradora do Novo Marotinho.
- Délia Boninsegna – entrevista realizada no dia 22.01.2008. Leiga integrante da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe no ano de 1976.
- Edna Pedreira Gonçalves – entrevista realizada no dia 14.09.2008. Ocupante da Baixa do Marotinho e a moradora do Novo Marotinho.
- Maria José Santos – entrevista realizada no dia 07.09.2008. Ocupante da Baixa do Marotinho e a moradora do Novo Marotinho.
- Renzo Rossi – entrevista realizada no dia 14.01.2008. Padre da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe.

- Romilda dos Santos – entrevista realizada no dia 09.09.2008. Ocupante da Baixa do Marotinho e a moradora do Novo Marotinho.
- Valdelice Batista de Jesus – entrevista realizada no 07.09.2008. Ocupante da Baixa do Marotinho e a moradora do Novo Marotinho.

Bibliografia:

ANDRADE, Eliziário S. *Nova Ofensiva do capital sobre o trabalho*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2000.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA. *Bahia de Todos os Fatos - Cenas da vida republicana(1889-1991)*. Salvador: 1997.

BOFF, Leonardo. *Teologia da libertação e do cativo*. Lisboa: Multinova, 1976.

CATÃO, Francisco. *O que é Teologia da Libertação*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

CEAS, Cadernos do CEAS. *Movimentos de Articulação*, n° 56, pp. 29- 35, jul/agost. 1978.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, Autocracia e Carisma. A política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumarál/ ANPOCS, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tânia e ALBERTI, Verena (Orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/FGV, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.

GONZALEZ, Maria Victoria Espiñeira. *O partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairros*. Salvador: EDUFBA, 1997.

JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais Urbanos. Os desafios da construção da cidadania*. In: CEAS, Cadernos do CEAS, n° 129, pp. 35- 43.

JOSÉ, Emiliano. *As Asas Invisíveis do Padre Renzo: uma história singela de amor e dor nos tempos da ditadura brasileira*. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. *As Invasões em Salvador: uma alternativa habitacional*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

SADER, Eder. *Quando Novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.